



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

12874 - Resumo Expandido - Trabalho - 41ª Reunião Nacional da ANPEd (2023)

ISSN: 2447-2808

GT11 - Política de Educação Superior

POLÍTICAS DE AVALIAÇÃO E ACREDITAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR EM CUBA: ENTRE A PLANIFICAÇÃO ESTRATÉGICA E A REFORMA GERENCIAL

Thiago de Jesus Esteves - Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca - CEFET-RJ

José Carlos Rothen - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Maria Cristina da Silveira Galan Fernandes - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Agência e/ou Instituição Financiadora: FAPESP

POLÍTICAS DE AVALIAÇÃO E ACREDITAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR EM CUBA: ENTRE A PLANIFICAÇÃO ESTRATÉGICA E A REFORMA GERENCIAL

Resumo

Este trabalho analisa a implantação das políticas de avaliação e acreditação da educação superior em Cuba. Na América Latina, a década de 1990 foi marcada pela adoção das políticas neoliberais, que culminaram em reformas estruturais, gerenciais, dos aparelhos de Estado da região. Essas reformas levaram à implementação de modelos de controle baseados na Nova Gestão Pública, que na Educação Superior se materializaram como sistemas de avaliação e acreditação. O Ministério da Educação Superior de Cuba, único país socialista do continente, constituiu neste período, por meio do Sistema Universitário de Programas de Acreditação e do Sistema de Avaliação e Acreditação de Cursos Universitários, uma complexa estrutura para avaliar e acreditar os cursos ofertados pelas instituições de ensino superior. Este trabalho foi constituído como uma pesquisa básica, de análise qualitativa, de caráter explicativo, que se insere na categoria de estudo de caso de tipo documental. Concluimos que Cuba tem adotado na Educação Superior, políticas de avaliação e acreditação voltadas para atender as necessidades internas e os padrões de qualidade internacionais.

Palavras-Chave: Cuba; Educação Superior; Avaliação Educacional; Reforma do Estado; Nova Gestão Pública.

Introdução

Em consonância com o ideal do neoliberalismo, ou seja, redefinir o papel do Estado com o objetivo de superar a crise do regime fordista-taylorista, praticamente todos os países da América Latina iniciaram a década de 1990 com uma série de reformas de seus aparelhos de Estado. Tais reformas gerenciais, também conhecidas por Nova Gestão Pública, se materializam no campo educacional, principalmente, por meio das avaliações, que se constituíram em instrumentos de coleta de microdados, aferição da qualidade do ensino e, em alguns casos, mecanismos de acreditação e responsabilização nas diferentes etapas e redes de ensino (MANNING; SHEPHERD; BLUN; LAUDADES, 2009).

Jean Costa e Maria Cunha (2012) apontam para a alteração da gestão burocrática pela gestão gerencial, o que fortaleceu o discurso da descentralização como forma de ampliar a eficiência, a eficácia e a competitividade nos serviços públicos. A prestação de contas, os mecanismos de controle e a ênfase nos resultados surgem como forma de garantir a transparência dos serviços públicos, a melhoria na prestação de serviços, a redução de custos e a responsabilização dos agentes prestadores de serviços pelos resultados obtidos. Dessa forma, a descentralização da execução foi acompanhada pela centralização da formulação e controle sobre os resultados. É com este propósito estratégico que passaram a ser disseminadas no campo educacional as avaliações em larga escala e, no caso do ensino superior, a acreditação, com o intuito de regulação, e que muitas vezes também desempenham o papel de estímulo à competitividade.

Mário Luiz Azevedo (2016) mostra que há, nessa perspectiva, uma inversão no que compete à cobrança por resultados, pois ao invés da sociedade civil cobrar ações de qualidade por parte do Estado, a atuação do mesmo prevê governança e regulação distanciadas dos conflitos diretos, o que reforça a articulação da Nova Gestão Pública com os princípios do neoliberalismo e da teoria do capital humano.

Na interpretação de Marco Antônio Silva (2016), Cuba é uma exceção, na América Latina, ao movimento de adesão aos princípios identificados com o neoliberalismo, por ter passado por um processo revolucionário em 1959, que resultou na implantação do modelo socialista. Com o esfacelamento do bloco soviético, no final da década de 1980, Cuba perdeu seu principal parceiro econômico, situação agravada pela intensificação do embargo econômico estadunidense em vigor desde 1960. Esta situação levou o governo de Fidel Castro (1959-2006) a iniciar, ao longo da década de 1990, uma série de reformas políticas, sociais e econômicas que, em seu conjunto, foram denominadas como Planificação Estratégica e Direção por Objetivos. É em meio a esta conjuntura que o Ministério da Educação Superior de Cuba instaura uma complexa estrutura organizacional que possibilita avaliar e acreditar os cursos ofertados pelas instituições de ensino superior. Nesse cenário, o objetivo deste estudo consiste em analisar a implantação das políticas de avaliação e acreditação da educação superior em Cuba.

Metodologia

Este trabalho é resultado de uma pesquisa básica, de análise qualitativa, de caráter explicativo, que se insere na categoria de estudo de caso documental. É uma pesquisa básica, pois logramos êxito em ampliar a compreensão do papel das instituições responsáveis por avaliar e acreditar a Educação Superior em Cuba.

Trata-se, ainda, de uma pesquisa de caráter explicativo, na qual atingimos o objetivo de identificar os fatores que determinam ou contribuem com a definição do papel das instituições promotoras das avaliações e creditações na construção de um ideário de qualidade da educação superior em Cuba.

Como instrumento de levantamento e coleta de dados, utilizamos plataformas digitais SciELO, *Redalyc Scientific Information System*, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações e *Google* acadêmico, textos e documentos publicados por organismos internacionais, resoluções do Partido Comunista de Cuba, legislações e normativas que regulam as práticas de avaliação e creditação dos cursos de educação superior em Cuba, além de estudos e pesquisa pertinentes a temática deste estudo. Os dados obtidos foram categorizados e analisados por meio da análise de conteúdo temática (BARDIN, 1977) e interpretados com base nos estudos sobre administração pública, Nova Gestão Pública, reformas do aparelho do Estado e avaliações educacionais; com destaque para as pesquisas que vêm sendo desenvolvidas nos últimos 25 anos por pesquisadores brasileiros da Rede Universitas/Br (Gladys Barreyro, João dos Reis Silva Junior, João Ferreira de Oliveira, Mario Luiz Azevedo, dentre outros).

A Educação Superior em Cuba

Os Dominicanos fundaram as primeiras instituições de Educação Superior em Cuba, no século XVIII. Até a revolução cubana de 1959, contava com poucos cursos universitários e apenas três universidades públicas (URQUIZA; LACOMBA, 2005). Em 1961, com a promulgação da *Ley de Nacionalización General y Gratuita de la Enseñanza*, todas as instituições educacionais foram estatizadas e a educação tornou-se monopólio estatal. Nos termos desta legislação, “*La función de la enseñanza es un deber a cargo del Estado Revolucionario que este no debe delegar ni transferir*” (IIPE/UNESCO, 1961).

Após 1959, houve um crescimento no quantitativo de instituições e estudantes de ensino superior em Cuba. Atualmente, existem 64 instituições de ensino superior, sendo 53 universidades, presentes em todas as províncias do país e que congregam 241 mil estudantes matriculados em 113 diferentes cursos de graduação (RODRÍGUEZ, 2011). Justo Rodríguez (2011) destaca que em todas as províncias cubanas existe ao menos uma universidade que oferece o curso de Ciências Pedagógicas, o que garantem que os(as) docentes dos 169

municípios tenham formação em nível superior.

Em relação a gestão da educação superior, Cuba adotou o modelo napoleônico, no qual as instituições educacionais têm o papel de formar profissionais para atuar no Estado. Nem todas as instituições de educação superior são vinculadas a estrutura do Ministério da Educação Superior, fazendo parte de diferentes ministérios ou instituições que apresentam demandas específicas por formação de profissionais, como o Ministério da Saúde Pública, o Ministério da Educação, o Ministério da Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente, o Ministério da Cultura, a Oficina Nacional de Desenho Industrial, o Instituto Nacional de Esportes e Recreação e o Ministério das Forças Armadas (URQUIZA; LACOMBA, 2005).

Atualmente, o Ministério da Educação Superior de Cuba, criado em 1976, é a entidade responsável por aplicar a política governamental, regular e garantir o funcionamento do sistema de educação superior, composto pelos seguintes níveis: universitário, nível de educação superior de ciclo curto, especialização, capacitação profissional, mestrado e doutorado.

O Sistema de Avaliação e Acreditação dos Cursos de Educação Superior de Cuba

Com o objetivo de garantir a qualidade da educação superior, tanto em nível de graduação como pós-graduação, o Ministério da Educação Superior constituiu, no final dos anos 1990, complexa estrutura de avaliação e acreditação, composta pelo Sistema Universitário de Programas de Acreditação (SUPRA) e outras duas entidades, o Sistema de Avaliação e Acreditação de Carreiras Universitárias (SEA-CU), criado em 1997 e a Junta de Acreditação Nacional, constituída em 1999. Em conjunto, esses órgãos compõem o Sistema de Avaliação, Controle e Acreditação do Ministério da Educação Superior. Estes órgãos são responsáveis pela avaliação institucional, que ocorre de maneira integral ou parcial, e pela acreditação dos cursos de graduação e pós-graduação cubanos (MINEDUCACIÓN, 2022).

Desde 2007 o Ministério da Educação Superior atua enquanto órgão diretor do Planejamento Estratégico e Direção por Objetivos, o que tornou estratégicas a avaliação e acreditação das instituições. De modo gradativo, estas instituições passaram a elaborar planejamento estratégico e a participar dos processos de avaliação e de acreditação (JUNTA DE ACREDITACION NACIONAL, 2014). Este é um mecanismo fundamental, com objetivo de melhoria contínua e sistemática da qualidade das instituições de ensino superior e dos cursos ofertados (MINEDUCACIÓN, 2022).

Os processos avaliativos envolvem o controle estatal direto, as avaliações externas e internas e a acreditação. Nesta estrutura, se destacam três funções básicas, o diagnóstico, a avaliação e a melhoria da qualidade da educação. Tais funções estabelecem ao mesmo tempo distintos níveis de utilização dos resultados no processo educacional cubano (JIMÉNEZ, 2008).

As instituições cubanas de ensino superior estão submetidas a um sistema de avaliação institucional em duas modalidades, as internas e as externas. As avaliações internas ou autoavaliações são, na maioria, geridas pelo Regulamento de Avaliação Institucional do Ministério da Educação Superior, e apresentam como finalidade verificar se as diferentes áreas do conhecimento que compõem o ensino superior atingiram os padrões de qualidade exigidos para o desempenho das funções laborais. Já as avaliações externas são realizadas pelo Ministério da Educação Superior e têm como papel verificar o cumprimento dos objetivos definidos pelo Conselho Diretor do Ministério da Educação Superior, formado, entre outros, pelos reitores das instituições de ensino superior (DIGITAL OBSERVATORY FOR HIGHER EDUCATION IN LATIN AMERICA AND THE CARIBBEAN, 2003). Do total de instituições de ensino superior cubanas, 29 foram acreditadas. Dessas, 4 alcançaram o nível de acreditação de excelência, 8 instituições obtiveram o nível de acreditação como qualificadas e 17 instituições foram consideradas como certificadas (MINEDUCACIÓN, 2022).

Considerações Finais

Em Cuba, as atuais políticas de avaliação e acreditação da educação superior são desenvolvidas, no âmbito do Ministério da Educação Superior, através de uma complexa estrutura, da qual fazem parte o Sistema Universitário de Programas de Acreditação (SUPRA), o Sistema de Avaliação e Acreditação de Carreiras Universitárias (SEA-CU) e a Junta de Acreditação Nacional. Esta estrutura, em funcionamento desde o final da década de 1990, é responsável por promover a avaliação e a acreditação, com especial ênfase na gestão das instituições e cursos de ensino superior.

Verificamos, que diferente do observado em outros países latino-americanos, promotores de sistemas de acreditação de seus cursos superiores, a totalidade das instituições de ensino superior cubanas é pública e a gratuidade da educação é uma garantia legal. Observamos que para atender aos critérios estabelecidos pela estrutura de avaliação definida pelo Ministério da Educação Superior, são desenvolvidos mecanismos de descentralização que, apesar de remeterem à Nova Gestão Pública, estabelecem contratos de gestão educacional com o próprio Estado.

A avaliação e a acreditação dos cursos de graduação e pós-graduação, além de serem voltados para aferição da qualidade de um conjunto de políticas pedagógicas, sociais e econômicas e que são definidas pelas necessidades do Estado, também objetiva contribuir com a inserção internacional destas instituições e, por isso, buscam atender as normas e critérios de qualidade internacionais.

Referências Bibliográficas

- AZEVEDO, M. L. N. Educação e Benchmarking: Meta-regulação e coordenação de políticas baseadas em indicadores e nas chamadas ‘boas-práticas’. In: SEMINÁRIO NACIONAL DA REDE UNIVERSITAS/BR, XXIV, 2016, Maringá. **Anais...** Maringá, 2016. p. 1407-1442.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- COSTA, J. M. A.; CUNHA, M. C. A educação municipal no contexto da Nova Gestão Pública: repercussões nas relações intergovernamentais do federalismo brasileiro. In: SEMINÁRIO REGIONAL DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO DO NORDESTE, VII, Recife. 2012. **Cadernos ANPAE**. Pernambuco, 2012, v. 13. p. 1-10.
- DIGITAL OBSERVATORY FOR HIGHER EDUCATION IN LATIN AMERICA AND THE CARIBBEAN. **Estudio sobre los Antecedentes, Situación Actual y Perspectivas de la Evaluación y la Acreditación en la Republica de Cuba**. La Habana: UNESCO/IESALC/MES 2003. 42 p.
- JIMÉNEZ, D. A. G. (Dirección y coordinación del estudio). **Evaluaciones Externas en América Latina: El caso de Cuba**. Colombia: Ministerio de Educación Nacional – MEN; Instituto Colombiano para el Fomento de la Educación Superior-ICFES, Universidad de San Buenaventura-Cali, 2008.
- MANNING, N.; SHEPHERD, G.; BLUM, J.; LAUDARES, H. Reformas de Gestão Pública: o que a América Latina tem a aprender com a OCDE? In: MEDEIROS, P. C.; LEVY, E. (Orgs.). **Novos Caminhos da Gestão Pública: olhares e dilemas**. Rio de Janeiro/Brasília (DF): Qualitymark/CONSAD, 2009. 158 p.
- MINISTERIO DE EDUCACIÓN NACIONAL. **Guía del Sistema Educativo de Cuba y Aspectos a Tener en Cuenta para la Convalidación de Educación Superior em Colombia**. Bogotá (Colômbia): MINEDUCACIÓN, 2022.
- OFICINA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE DEL INSTITUTO INTERNACIONAL DE PLANEAMIENTO DE LA EDUCACION UNESCO. **Ley de Nacionalización General y Gratuita de la Enseñanza**. La Havana (Cuba): Consejo de Ministros, 1961.
- RODRÍGUEZ, J. A. C. A educação em Cuba entre 1959 e 2010. Dossiê Cuba: **Estudos Avançados**, v. 25, n. 72, p. 45-54, 2011.
- SILVA, M. A. da. A Transição Cubana e a “Atualização do Modelo”: mudanças políticas e econômicas sob o governo de Raúl Castro. **Civitas: Revista de Ciências Sociais**, Porto Alegre (RS), v. 18, n. 3, p. 699-717, set./dez. 2018.
- URQUIZA, R. A; LACOMBA, N. E. El Sistema de Educación Superior de la República de Cuba. **Revista do ISEP**, v.3, n. 2, p. 129-144, 2005.